

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLVI

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* 2024

*ISSN:* 0378-116X

*Depósito legal:* 61370/92

*DOI:* <https://doi.org/00000>

# Mandela: a liberdade e o perdão

ANSELMO BORGES

Em mais uma homenagem da Academia das Ciências a Nelson Mandela, no passado dia 20 de Novembro de 2018, também participei com uma comunicação, de que fica aí o essencial.

1. Há uma experiência de fundo: o ser humano não é objecto, coisa. Olhamos para as coisas como um “isso”, mas olhamos para os seres humanos como um “alguém”. Alguém que é um “tu” como eu e, ao mesmo tempo, um tu que não sou eu: outro eu e um eu outro, formando um “nós”. O outro, no seu rosto e olhar, impõe-se-me como um “alguém corporal”, a visibilidade de uma interioridade inacessível que se mostra e impõe.

A experiência radical de não se ser coisa dá-se na consciência da liberdade. Cada um, cada uma, faz a experiência originária de ser dado, dada, a si mesmo, a si mesma, experiência que se explicita na consciência de autoposse. Somos senhores e donos de nós. Muito cedo, a criança é capaz de dizer ao pai ou à mãe: não és minha dona, meu dono. Pertenço, antes de mais, a mim próprio, a mim própria.

Claro que a liberdade não é demonstrável. Aliás, se o fosse, não seria liberdade, mas coisa. A liberdade apresenta-se nesta experiência de autoposse e, conseqüentemente, na experiência de responsabilidade: respondo por mim e pelo que faço. Dada a neotenia — vimos ao mundo por fazer —, temos pela frente a tarefa essencial, constitutiva: fazermo-nos a nós mesmos, uns com os outros, no mundo. Poder-se-ia acrescentar que a experiência da liberdade é uma experiência transcendental: a liberdade afirma-se, mesmo na sua negação. De facto, se tudo estivesse sob o determinismo, não seria possível colocar a questão da liberdade e do determinismo enquanto tal.

A liberdade é o fundamento da dignidade humana. Perante alguém livre, impõe-se o respeito (de *respicere*: ver e ser visto no mútuo reconhecimento). Cá está: o ser humano não é coisa, não é meio; por isso, não tem preço, reflectiu Kant. Embora a liberdade humana seja finita e sempre em situação, a pessoa pertence

ao reino dos fins. A dignidade co-implica direitos fundamentais, que se impõe reconhecer: não se trata de concedê-los, mas de reconhecê-los.

Uma vez que o ser humano se tem de fazer a si mesmo — fazendo tudo o que faz, está a fazer-se a si próprio, de tal modo que o resultado pode ser uma obra de arte ou um monstro —, está sempre sob a sua responsabilidade última. Daqui deriva a angústia que sempre nos acompanha. De tal modo que, como bem viu Dostoievsky, na lenda do Grande Inquisidor, em *Os Irmãos Karamazov*, há uma dialéctica fundamental entre a liberdade e a segurança, estando muitos — a maior parte? — na disposição de entregar o fardo da liberdade a quem queira ficar com ele, aproveitando-se disso. Entre a liberdade e a segurança, muitos preferem a segurança: a segurança da norma, do não risco, do não ousar.

Em síntese, a liberdade significa autoposse, de tal modo que cada um, cada uma, pode e tem de tomar decisões no quadro da realização-de-si-no-mundo-com-os-outros. A liberdade, mesmo se condicionada e em situação, implica, portanto, não sujeição total aos determinismos físicos, genéticos, psicológicos ou socioculturais. De facto, depois de todos os condicionamentos físicos, genéticos, culturais, ainda podemos perguntar: o que vou eu fazer de mim com tudo isso? Também não é liberdade a pura espontaneidade ou a arbitrariedade — não é liberdade, por exemplo, fazer pura e simplesmente o que apetece: paradoxalmente, isso é necessidade —, pois o que a “define” é a auto-determinação segundo razões, a tomada de decisões racionais, tendo por critério último a plena realização humana de todos os seres humanos. Assim, a liberdade é ao mesmo tempo *liberdade de* — liberdade de determinismos e constrangimentos que impedem a sua realização — e *liberdade para* — liberdade para a realização de valores nos vários níveis, a começar pelo reconhecimento da liberdade dos outros, pois a liberdade verdadeira quer liberdades. A liberdade não se limita à experiência da sua realidade transcendental e interior, pois exige condições de possibilidade da sua realização concreta nos diferentes domínios: condições económicas, culturais, políticas...

2. Estive várias vezes na África do Sul, ainda no tempo do *apartheid*, da segregação racial. Ainda vi escrita, por exemplo, em bancos de jardim, ou indicação de praia, nas carruagens dos comboios, a ordem: “*Whites only*” (só para brancos). Se pude visitar o Soweto, foi porque o afável bispo católico de Joanesburgo, que não era racista, pediu ao pároco negro que me acompanhasse. E fui bem recebido. Mas a segregação estava sempre presente: nasciam em hospitais para negros,

viviam em bairros exclusivamente de negros, iam à escola só para negros, levavam-nos a casa em autocarros exclusivamente para negros...

Muitas vezes me perguntei como é que aquela ignomínia iria acabar. Seria possível, sem um banho de sangue? Porque, ali, era o intolerável. A pessoa era ferida no mais profundo do seu ser: na sua infinita dignidade de ser livre e auto-determinar-se.

Foi possível. Pacificamente, abriu-se o caminho para negociações em ordem à democracia no quadro da coexistência racial e do diálogo. Isso deveu-se certamente também à inteligência política e humana do presidente De Klerk, no novo contexto político e geoestratégico criado pela queda do muro de Berlim. Mas, para evitar a tragédia, o espírito e a acção de Mandela foram determinantes.

3. Está tudo na sua autobiografia: *Long Walk to Freedom*. Mandela não teve nenhuma “iluminação” ou “aparição”, mas a acumulação de ofensas, de indignidades, despertou nele “ira e rebeldia” e o desejo de combater o sistema que oprimia o seu povo. “Não houve um dia concreto em que dissesse: a partir de agora dedicarei as minhas energias à libertação do meu povo, dei por mim a fazê-lo simplesmente e não podia agir de outro modo.”

Objectivo da luta? Como se dizia na “Constituição pela Liberdade”, abolição da discriminação racial e a igualdade de direitos para todos. Era preciso destruir o *apartheid*, “a própria encarnação da injustiça”. Acabou “convertido, por lei, num criminoso”, mas não tinha a menor dúvida de que a posteridade reivindicaria a sua inocência.

Nestas situações, é legítima a violência até à luta armada? Os teólogos têm colocado a questão da guerra justa e a licitude do derrube do governo tirânico. Mandela confessava-se um homem não violento e explicava que não dependia dos negros renunciar à violência, mas do Governo; o seu propósito era atacar objectivos militares, não as pessoas. Apenas procurava a igualdade política e o princípio de “uma pessoa, um voto”, num Estado unitário sem *homelands*.

Depois de 27 anos de cárcere, Mandela viu finalmente a liberdade. E o “milagre” aconteceu. Quis despedir-se dos guardas, agradecendo-lhes “as suas atenções um a um”. Fora-se convencendo de que, afinal, mesmo aqueles que o tinham mantido na prisão durante vinte e sete anos e meio “eram essencialmente humanos”. Mandela confessava-se convictamente cristão. Esta sua condição terá sido decisiva para evitar o ódio e o ressentimento — as “paixões tristes”, como escreveu

Espinosa. “Queria que toda a África do Sul visse que amava os meus inimigos, embora odiasse o sistema que nos tinha enfrentado.” Manteve a liberdade maior: o domínio de si. Afinal, tudo está naquele gesto de apertar a mão aos carcereiros e convidá-los para o banquete de inauguração da nova presidência da “nação arco-íris”.

Mandela percebeu que os seus carcereiros eram seres humanos habitados pelo medo. Ora, o medo é do pior que há. O medo tolhe a razão e a capacidade de pensar. É preciso ter medo de quem tem medo, de tal modo que a primeira libertação tem de ser a libertação do medo. Também e sobretudo no universo da religião. Aterrados pelo medo de Deus, homens e mulheres que se julgam religiosos caminham fatalmente para desgraças tenebrosas. Por isso, a Bíblia é atravessada pela compreensão histórica lenta, que culmina em Jesus, através da sua experiência, palavras e ações, de que a única tentativa de “definir” Deus é (está em São João): *Ho theós agapê estín* (Deus é amor incondicional, Deus é Força infinita de criar e só sabe amar).

Como era cristão, Mandela sabia que se deve perdoar aos inimigos. Pelo Evangelho, também sabia que os romanos enquanto potência de ocupação podiam obrigar um judeu a transportar a bagagem na distância de uma milha, sendo neste contexto que se percebe o que Jesus diz: “Faz uma segunda milha de livre vontade.” Talvez o romano começasse a conversar, e quem sabe se não acabariam por beber um copo juntos? A reconciliação, a solução pacífica dos conflitos é preferível à violência e à guerra. E Jesus, do alto da cruz, rezou: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem.”

De qualquer modo, o perdão é um milagre, também em política. Jürgen Habermas, agnóstico, talvez o maior filósofo vivo e o mais influente, que queria uma filosofia que herdasse, num processo de secularização mediante a razão comunicativa, os conteúdos semânticos da religião e a sua força, reconheceu que há um resto na religião não herdável pela simples razão. Disse-o num discurso famoso, por ocasião da recepção do Prémio da Paz dos livreiros alemães e já depois dos acontecimentos trágicos do 11 de Setembro de 2001. Esse resto tem a ver nomeadamente com o drama do perdão.

O perdão, em última análise, já não pertence à ordem do jurídico nem do político. No perdão do imperdoável, é a razão humana enquanto capacidade de cálculo que é superada, pois nem o algoz tem direito ao perdão nem a vítima é obrigada a perdoar. Como escreveu o filósofo Jacques Derrida, perdoar o imperdoável aponta para algo que está para lá da imanência, “qualquer coisa de

trans-humano”: “na ideia do perdão há a da transcendência”, pois realiza-se um gesto que já não está ao nível da imanência humana. Aí, começa o domínio da religião. “A partir desta ideia do impossível, deste ‘desejo’ ou deste ‘pensamento’ do perdão, deste pensamento do desconhecido e do transfenomenal, pode muito bem tentar-se uma génese do religioso.”

4. Como escreveu Lídia Jorge, “Não há livro de instruções para salvar a vida. Só a literatura se aproxima desse imenso livro.” Isto significa que a liberdade leva consigo uma luta e uma história sem fim de libertação. Como insiste São Paulo, “foi para a liberdade que Cristo nos libertou”. Na presente situação do mundo, esta luta tem três exigências essenciais. Uma é a da libertação interior: conquistar-se a si próprio, naquele processo que as religiões chamam de conversão ao melhor de si e ao amor. Depois, como sublinha o teólogo Hans Küng, “não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões”, o que implica a urgência do diálogo inter-religioso e intercultural, colocando no centro o interesse da realização plena de todos os homens e mulheres enquanto pessoas. Para lá de outros pilares, este diálogo implica a leitura histórico-crítica dos textos sagrados, o Estado laico, separando Igreja e Estado como garantia da liberdade religiosa (a laicidade, que não se confunde com o laicismo, é uma conquista histórica da Humanidade) e um projecto de ética mundial. Num mundo globalizado, impõe-se terminar com a cisão entre, por um lado, os chamados mercados, poderes fácticos globais, e, por outro, a política, da ordem do dever-ser, ainda local ou, quando muito, regional. Algo que se aproxime de uma “governança” global, com instâncias políticas globais, para uma ordem económico-financeira justa e equitativa, é essencial, se se quiser evitar o abismo e a catástrofe.

5. É neste contexto que há muito propugno algo de parecido com um Plano Marshall para a África. Sob a protecção de “São” Nelson Mandela, porque, como diz o Professor Adriano Moreira, Mandela não é um santo canonizado pela Igreja, mas é um santo da Humanidade.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO COLÓQUIO DE HOMENAGEM A NELSON MANDELA  
NA SESSÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018)